



A Fundação Seade disponibiliza os dados da Pesquisa de Condições de Vida – PCV, coleta domiciliar por amostragem, e apresenta os primeiros resultados da edição de 2006, a qual sucede os levantamentos realizados em 1990, 1994 e 1998. Com a finalidade de abastecer de dados primários os estudos sobre pobreza urbana, a PCV adota, desde suas formulações iniciais, a ótica multidimensional do tema que considera, além da renda, os aspectos de moradia, educação, saúde e inserção no mercado de trabalho.

Na presente edição – produto de parceria entre a Fundação Seade e a Casa Civil do governo do Estado de São Paulo –, a PCV foi aplicada em amostra de cerca de 20 mil domicílios, representativa da população paulista residente em área urbana. Foram visitados cerca de 150 municípios do interior do Estado, além dos pertencentes às três regiões metropolitanas – São Paulo, Baixada Santista e Campinas –, com o intuito de oferecer um panorama da situação socioeconômica da população urbana paulista.

A quarta tomada da PCV foi aplicada entre junho e novembro de 2006, em domicílios localizados nas áreas urbanas, que concentravam, naquele ano, 93,7% da população residente no Estado.

A amostra foi planejada para contemplar as três regiões metropolitanas paulistas, quatro de suas regiões administrativas e dois aglomerados urbanos (Quadro 1).

Quadro 1

Regionalização da PCV 2006

Regiões Metropolitanas	<i>São Paulo</i>
	<i>Baixada Santista</i>
	<i>Campinas</i>
Regiões Administrativas	<i>Campinas</i>
	<i>Registro</i>
	<i>Sorocaba</i>
Aglomerados Urbanos	<i>São José dos Campos</i>
	<i>Central-Norte</i> , formado pelas regiões administrativas Central, de Bauru, Franca e Ribeirão Preto
	<i>Noroeste</i> , formado pelas regiões administrativas de Araçatuba, Barretos, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto

Além dos dados que compõem o escopo básico da pesquisa – habitação, acesso a serviços de saúde, educação, inserção no mercado de trabalho e rendimentos –, o levantamento incluiu a investigação sobre o acesso da população a programas sociais implantados no Estado de São Paulo, particularmente os de transferência de renda. Tal procedimento, por meio de pesquisa primária domiciliar, permite avaliar a cobertura e focalização dos benefícios concedidos e, com isso, subsidia o aprimoramento das ações públicas de combate à pobreza e de proteção social.

Este documento, ao anunciar a disponibilização da base de microdados da PCV aos interessados, revela alguns resultados com vistas a demonstrar as potencialidades dessas informações – em particular como instrumento de avaliação das políticas sociais. Além disso, apresenta um breve perfil da situação socioeconômica da população residente em São Paulo e suas regiões.

Para acessar a base de microdados da PCV, contatar a Fundação Seade pelo telefone (11) 3313-5777 ou pelo e-mail atendimento@seade.gov.br. Um conjunto de tabelas da pesquisa e a metodologia estão disponíveis no sítio da Fundação Seade na Internet (www.seade.gov.br/produtos/pcv).

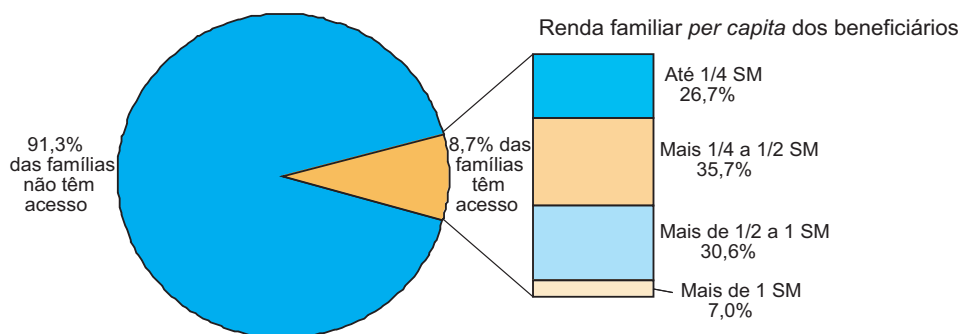
PRINCIPAIS RESULTADOS

Programas de transferência de renda

Em 2006, cerca de 9% das famílias paulistas eram beneficiárias de programas públicos de transferência de renda. Predominam, entre elas, famílias com renda de, no máximo, meio salário mínimo (62,4%), evidenciando que tais programas estão de fato atendendo os segmentos mais vulneráveis (Gráfico 1).

Gráfico 1

Distribuição das famílias, segundo acesso a benefícios públicos de transferência monetária, e dos beneficiários, por classes de renda familiar *per capita*
Estado de São Paulo
2006



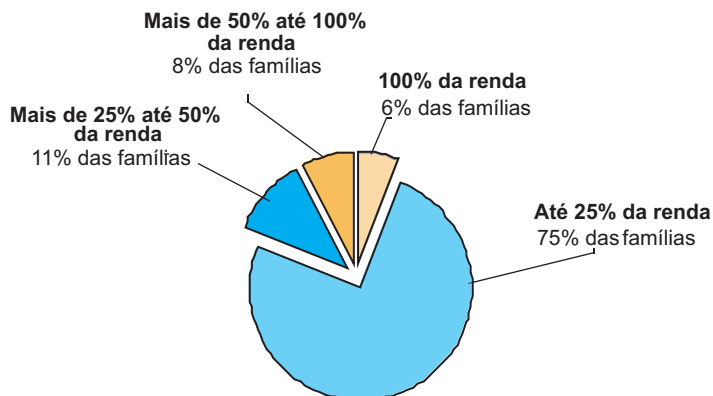
Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Para a maioria das famílias beneficiadas, a transferência recebida é um complemento de sua renda corrente. Para mais de 75% delas, os recursos originários desses programas não ultrapassam um quarto do total de sua renda mensal. Para apenas 5,7% das famílias atendidas, os benefícios correspondiam à única fonte de renda disponível (Gráfico 2).

Tais informações revelam que, ao menos no Estado de São Paulo, esses programas cumprem predominantemente o papel de complemento da renda familiar, diferentemente do que se espera em áreas deprimidas, onde inexistem oportunidades de trabalho. Assim, sua importância decorre do aumento e da maior estabilidade que proporcionam à renda disponível das famílias, o que amplia suas possibilidades de acesso a bens e serviços e ao crédito, que podem significar a melhoria do padrão de consumo ou, especialmente em regiões economicamente dinâmicas, a possibilidade de constituir um negócio próprio ou de aprimorar a capacitação profissional. Em outros termos, ao se admitir que as potencialidades de inserção produtiva dos beneficiários de programas de transferência de renda tendem a ser maiores quando atingem famílias residentes em áreas economicamente diversificadas e dotadas de infra-estrutura, a expansão de tais programas no Estado de São Paulo pode levar a resultados mais promissores que os tradicionalmente considerados por seus formuladores e seus críticos.

Gráfico 2

Distribuição das famílias atendidas, segundo participação da transferência na renda familiar mensal
Estado de São Paulo
2006

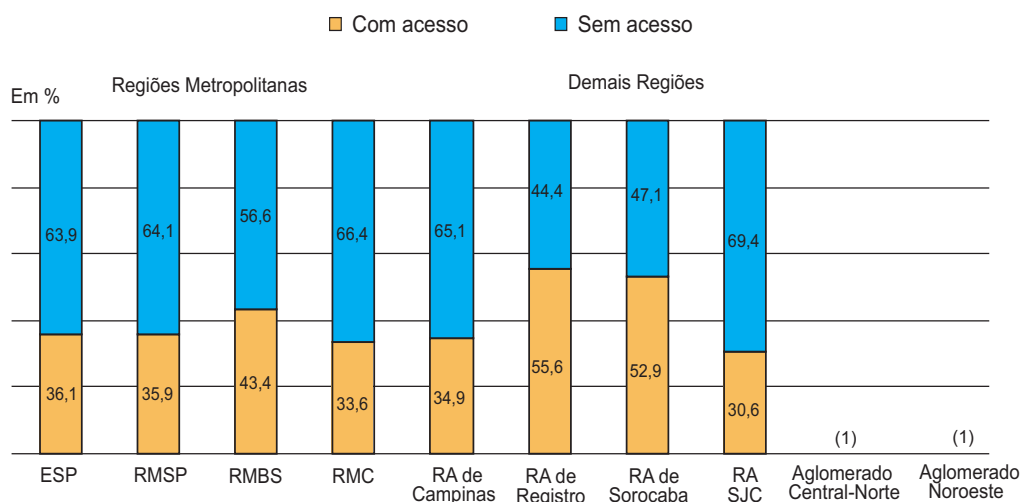


Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

A frequência escolar e a atualização da carteira de vacinação, principais contrapartidas exigidas pelos programas, não apresentam diferença entre famílias beneficiárias e não-beneficiárias. Em 2006, 97,5% das crianças e adolescentes paulistas de 6 a 15 anos pertencentes a famílias beneficiárias de transferências monetárias freqüentavam escola, percentual muito similar ao verificado para o total de crianças residentes no Estado (98,2%).

Gráfico 3

Distribuição das famílias com renda mensal familiar *per capita* de até um quarto de salário mínimo, segundo acesso a benefícios públicos de transferência de renda
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(1) Esta categoria possui erro amostral relativo superior a 40%, limite máximo estabelecido para a divulgação dos dados da PCV.

A atualização da carteira de vacinação mostra-se ainda mais ampla, atingindo praticamente o total de crianças paulistas (99,1%). Tais resultados demonstram muito mais o sucesso das ações e políticas implementadas ao longo das últimas décadas, voltadas à universalização do acesso ao ensino fundamental e aos programas de vacinação, do que possíveis efeitos dos programas de transferência de renda.

A expansão desses programas, em especial entre as famílias mais pobres, apresenta situações regionalmente distintas. O Bolsa-Família, programa com maior participação no Estado, por exemplo, tem como meta atender metade da população com renda de até um quarto de salário mínimo. Entre as regiões metropolitanas, apenas a da Baixada Santista está próxima de alcançar tal meta e, entre as regiões administrativas, as de Registro e Sorocaba já a ultrapassaram.

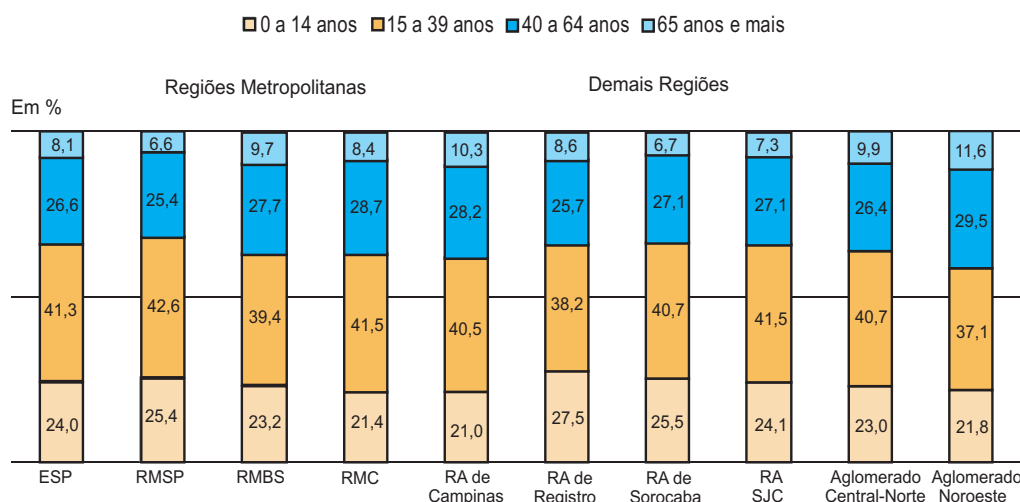
Além de evidenciar a cobertura e alguns dos impactos de programas sociais, como os de transferência de renda, os resultados da PCV 2006 também revelam várias características da população residente em São Paulo e suas regiões. Seguem-se, a título de exemplo, alguns destaques, organizados tematicamente, com a ressalva de que outros cortes analíticos também são possíveis a partir do processamento dos microdados da PCV – 2006.

Demografia

O crescimento da população paulista tem desacelerado desde a década de 70. Em virtude da redução das taxas de fecundidade e natalidade, observa-se diminuição do contingente de crianças e adolescentes com até 14 anos de idade. Enquanto em 1980 o percentual desse segmento populacional no total de residentes em São Paulo era de 33,7%, em 2006, segundo dados da PCV, essa participação decresceu a 24,0%. Em contrapartida, o segmento de idosos (com 65 anos e mais de idade) alcançou 8,1% da população paulista, em 2006. Essa mudança de estrutura etária implica o redimensionamento das demandas sociais e, portanto, da oferta de serviços públicos destinados a atendê-las.

Gráfico 4

Distribuição da população, segundo faixas etárias
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

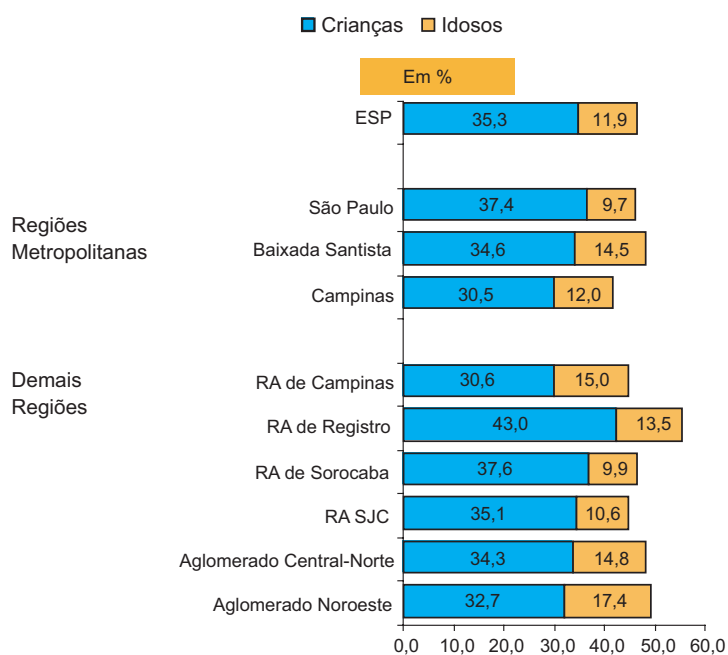
Em termos regionais, a PCV revela particularidades interessantes: é maior a participação relativa de crianças e adolescentes na Região Metropolitana de São Paulo e nas regiões administrativas de Registro e de Sorocaba, onde mais de um quarto da população tinha menos de 15 anos. Em situação oposta encontram-se a Região Metropolitana da Baixada Santista, a RA de Campinas e os aglomerados Central-Norte e Noroeste, onde a parcela da população com 65 anos e mais aproxima-se de ou supera os 10%.

São várias as conseqüências dessa mudança da estrutura etária sobre as necessidades da população e o planejamento das políticas públicas. Uma delas relaciona-se com a capacidade de a população adulta – potencialmente ativa em termos produtivos – suportar a inativa (crianças e idosos). Em outros termos, essa capacidade seria uma forma de quantificar a população potencialmente ativa e, portanto, a necessidade de geração de trabalho e renda que permita a essa população suprir a parcela inativa.

Uma de suas medidas é a razão de dependência: proporção de crianças (0 a 14 anos) e de idosos (65 anos e mais) em relação à população adulta (de 15 a 64 anos). Quanto maior esse indicador, mais elevada é a dependência dos segmentos potencialmente inativos em relação aos potencialmente ativos. No caso das regiões metropolitanas paulistas, a que apresenta maior razão de dependência é a Baixada Santista, causada, sobretudo, pela elevada presença de idosos. Exibe o menor indicador a de Campinas, onde a presença relativa tanto de crianças como de idosos é menor que a média do Estado. Nas demais regiões, destacam-se as RAs de Registro e o Aglomerado Noroeste, com razão de dependência mais elevada. A situação da primeira deve-se principalmente à grande proporção de crianças em relação à população adulta; no caso daquele aglomerado, há elevada proporção de idosos.

Gráfico 5

Razão de dependência
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Nota: Razão de dependência corresponde à proporção de crianças e de idosos em relação à população de 15 a 64 anos – população potencialmente produtiva.

■ Migração e mobilidade populacional

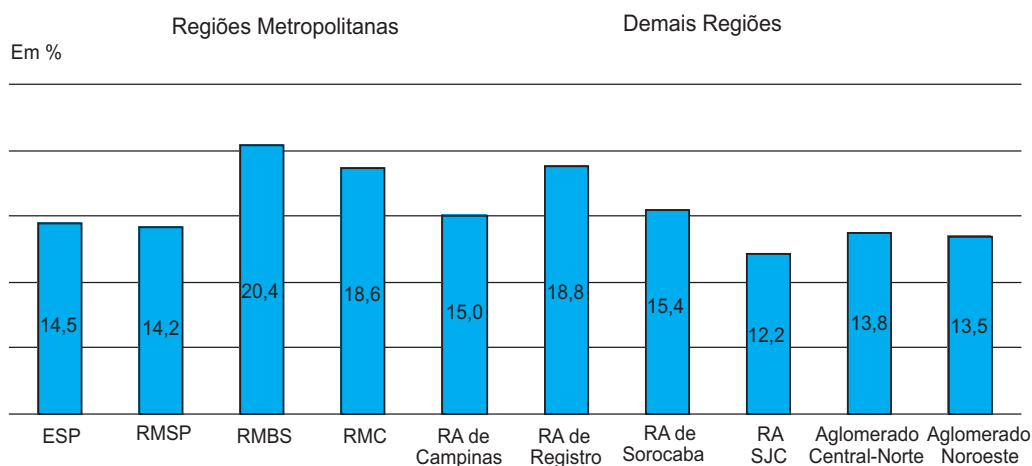
A PCV mostrou que a maioria dos residentes em São Paulo é natural do próprio Estado (75,2%). Em termos regionais, a menor presença de naturais foi observada na Região Metropolitana de São Paulo (69,5%) e a maior, na Região Administrativa de Registro (87,1%).

Os nascidos nos Estados de Minas Gerais e da Bahia formam o grupo de maior peso no total de não-naturais. Em termos regionais, observam-se algumas distinções, como a maior participação de nascidos na Bahia, nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista, e de paranaenses, na RA de Sorocaba.

Além desses números, que refletem, em grande parte, movimentos migratórios ocorridos no passado, a PCV produziu algumas informações sobre a migração mais recente. Uma delas – a parcela de pessoas que reside há menos de 10 anos no atual município – encontra-se expressa no Gráfico 6. Note-se que se incluem não só os indivíduos originários de outras regiões, Estados ou países, como também os oriundos de outros municípios, inclusive os localizados no interior das próprias regiões.

Gráfico 6

Proporção da população de 15 anos ou mais que reside no atual município há menos de 10 anos
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

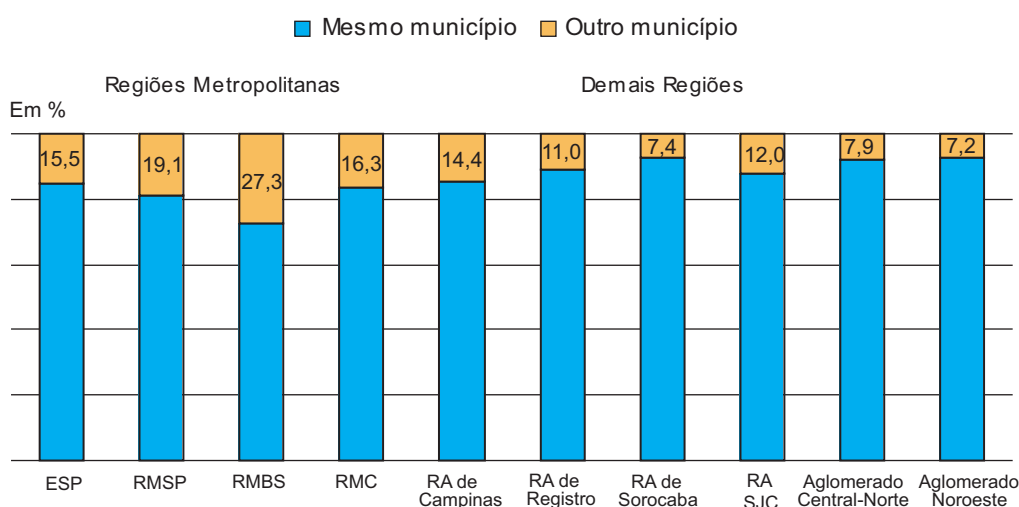
Tais informações revelam que as RMs da Baixada Santista e de Campinas e a RA de Registro foram as que mais receberam migrantes no período, proporcionalmente a suas respectivas populações. Porém, ao se distinguir os originários do próprio Estado de São Paulo dos oriundos de outros Estados ou países, nota-se que os primeiros predominam na RM da Baixada Santista e na RA de Registro, enquanto os últimos formam expressiva parcela entre os que se dirigiram à RM de Campinas.

Outro elemento relacionado com a mobilidade populacional diz respeito à migração pendular, isto é, movimentos conjunturais de residentes em um município para outros, onde se situam seus locais de trabalho, de estudo ou de oferta de bens e serviços.

Esse fenômeno, associado à "periferização" da população de baixa renda e dos novos padrões de moradia de segmentos da classe média, num contexto de expansão dos sistemas viário e de telecomunicações, tem se acentuado nos últimos anos. Veja-se, por exemplo, o deslocamento intermunicipal entre o local de residência e o de trabalho, que tende a ser diário. Como mostra a PCV, o volume de pessoas que se desloca entre municípios aproxima-se de 20% dos ocupados residentes na Região Metropolitana de São Paulo e chega a quase 30% na RM da Baixada Santista.

Gráfico 7

Distribuição dos ocupados, segundo local de residência e de trabalho
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Ainda que tal fenômeno atinja mais expressivamente as regiões metropolitanas, nas RAs de Campinas, São José dos Campos e Registro, mais de 10% dos ocupados que ali moram trabalham em município diferente do de residência.

Escolaridade

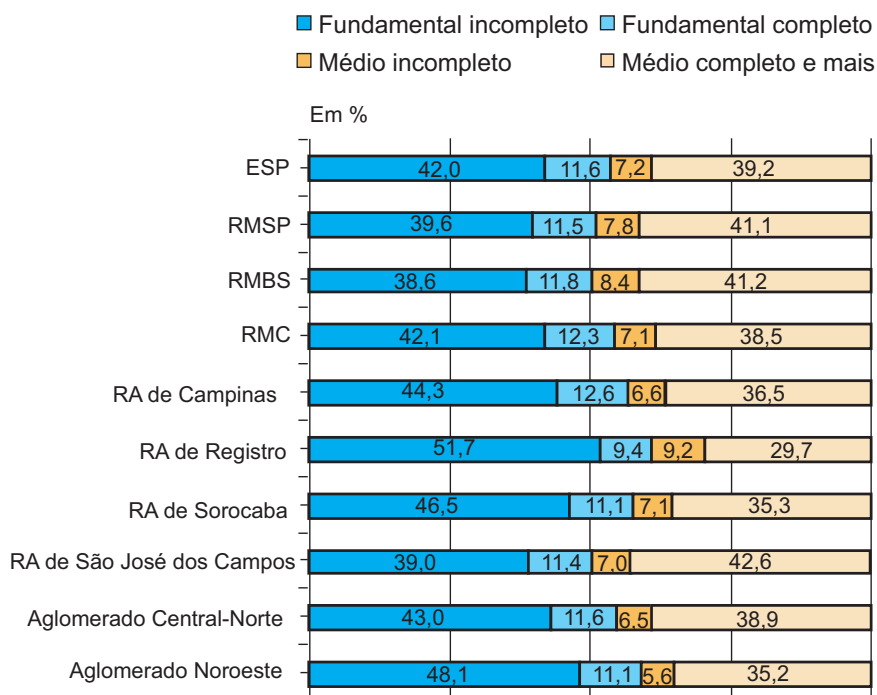
No Estado de São Paulo, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (5,6%), registrada pela PCV, foi superior à de países como Chile (4,3%) e Argentina (2,8%), mas bem inferior às da Bolívia e Peru (maiores que 12%). Em termos regionais, destaca-se a RA de São José dos Campos, com a menor taxa (4,3%), e, no outro extremo, a RA de Registro e o Aglomerado Noroeste, cujas taxas de analfabetismo são, respectivamente, 9,0% e 8,5%.

A escolaridade da população pode ser resumida pelo indicador média de anos de estudos. Em São Paulo, a população de 15 anos e mais tinha, em média, 7,9 anos de estudo. A menor média foi obtida na RA de Registro (6,9 anos). Nas regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas e na RA de São José dos Campos, a população apresentava escolaridade média superior a oito anos, que corresponde ao ensino fundamental completo.

Para o mesmo segmento populacional (15 anos de idade ou mais), a PCV revela que 42,0% dos residentes no Estado de São Paulo não concluíram o ensino fundamental, 18,8% chegaram ao fim desse nível de ensino, mas não do ensino médio, e 39,2% completaram o ensino médio. Em termos regionais, mais uma vez se observa que a RA de São José dos Campos apresenta a melhor situação, em contraste com a RA de Registro e o Aglomerado Noroeste (Gráfico 8).

Gráfico 8

Distribuição da população de 15 anos ou mais, segundo nível de escolaridade
Estado de São Paulo
2006



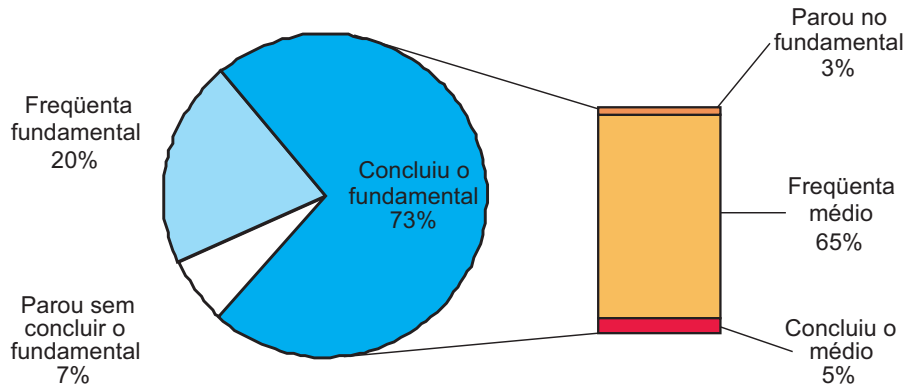
Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

A frequência escolar para o grupo etário de 7 a 14 anos tende à universalização, uma vez que 98,1% dessas crianças freqüentam escola. Essa taxa não apresenta diferenciações expressivas em termos regionais, indicando que políticas como a obrigatoriedade da oferta do ensino fundamental pela rede pública e a implantação de outros mecanismos, como o Fundef, foram bem-sucedidas. Ressalte-se que 90,8% dos estudantes dessa faixa etária freqüentavam escolas públicas no Estado.

Para a faixa etária de 15 a 17 anos, preconizam-se o ensino fundamental completo e a frequência ao médio. Ainda que a maioria dos jovens nessa faixa etária freqüentasse o ensino médio (65%), cerca de 27% não haviam concluído os oito anos de escolarização obrigatória, mas 20% ainda cursavam o fundamental (Gráfico 9).

Gráfico 9

Distribuição de adolescentes de 15 a 17 anos, segundo condição de freqüência à escola e nível de escolaridade
Estado de São Paulo
2006



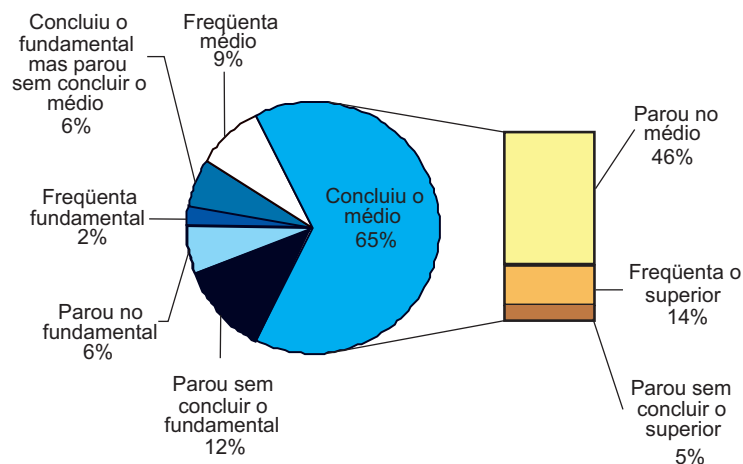
Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Nas áreas metropolitanas, a parcela da população de 15 a 17 anos que concluiu o ensino fundamental é menor na da Baixada Santista (66,6%). Nas demais áreas, o menor porcentual foi verificado no Aglomerado Central-Norte (67,6%) e o maior, na RA de São José dos Campos, onde mais de 78% dos adolescentes concluíram o fundamental.

Entre os jovens de 18 a 24 anos, 65% concluíram o ensino médio, 17% ainda freqüentavam o ensino fundamental ou médio e 18% estavam fora da escola, com, no máximo, o fundamental completo. Em contrapartida, 14% dos jovens nessa faixa etária freqüentavam o ensino superior. Ou seja, 51% deles, apesar de terem concluído o ensino médio, não ingressaram no ensino superior ou o abandonaram (Gráfico 10).

Gráfico 10

Distribuição dos jovens de 18 a 24 anos, segundo condição de freqüência à escola e nível de escolaridade
Estado de São Paulo
2006

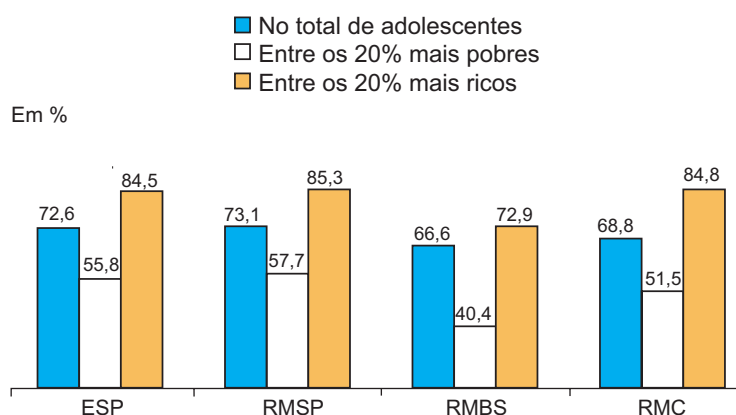


Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Embora a distorção idade-série tenha diminuído nos últimos anos, a PCV revela que, em 2006, esse problema ainda era relevante, especialmente nos segmentos mais pobres. A comparação da situação educacional dos jovens por rendimento familiar evidencia tal problema: entre aqueles de 15 a 17 anos pertencentes às famílias que correspondem ao quinto mais rico da população, 84,5% concluíram o ensino fundamental, proporção que alcançava 55,8% dos jovens pertencentes às famílias do quinto mais pobre.

Gráfico 11

Proporção de adolescentes de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental, segundo quintis do rendimento mensal familiar *per capita* Estado de São Paulo 2006

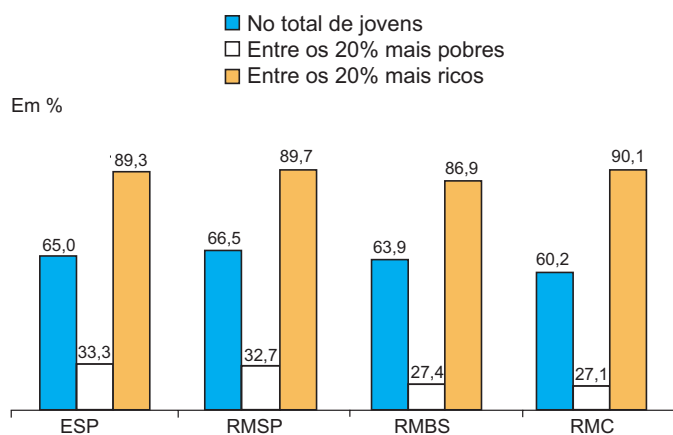


Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

No ensino médio, essa diferença socioeconômica na adequação idade-série, como era de se esperar, é ainda mais acentuada: entre os jovens de 18 a 24 anos pertencentes às famílias mais pobres, um terço havia concluído o ensino médio, enquanto entre aqueles de famílias mais ricas, mais de 89% adquiriram esse nível.

Gráfico 12

Proporção de jovens de 18 a 24 anos que concluíram o ensino médio, segundo quintis do rendimento mensal familiar *per capita* Estado de São Paulo 2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

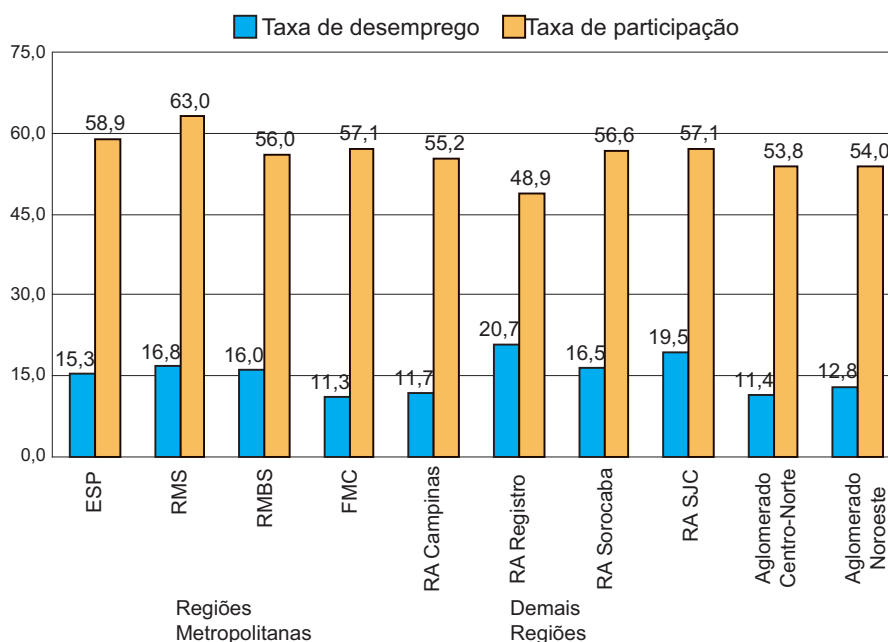
Mercado de trabalho

Em 2006, a taxa global de participação – proporção de pessoas com 10 anos ou mais que estavam trabalhando ou procurando trabalho – foi de 58,9%. A PCV mostrou que entre as mulheres esse percentual mantém-se menor (50,8%) que entre os homens (68,1%). Em termos regionais, a Região Metropolitana de São Paulo apresentou as maiores taxas de participação, tanto masculina (70,8%) quanto feminina (56,1%), e a RA de Registro, as menores: 59,1%, entre os homens, e 39,3%, entre as mulheres.

A taxa de desemprego total entre as regiões metropolitanas foi menor em Campinas (11,3%). Nas demais regiões, variou de 11,4% (Agglomerado Central-Norte) a 20,7% (RA de Registro). Observa-se que nas RAs de Registro e de São José dos Campos, áreas com taxas de desemprego elevadas, mais de um terço dos desempregados procurava trabalho há mais de 12 meses.

Gráfico 13

Taxas de desemprego e de participação
Estado de São Paulo
2006



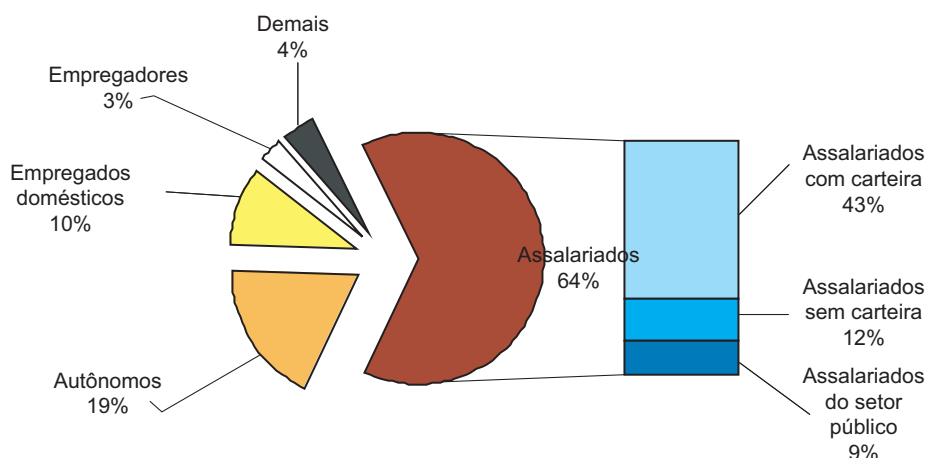
Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

O desemprego afeta com intensidade diferenciada os diversos segmentos populacionais. De modo geral, seu patamar é mais elevado entre crianças e adolescentes de 10 a 17 anos (43,9%) e jovens de 18 a 24 anos (24,9%). Coerentemente com essa condição, as maiores taxas também se observam entre os que não concluíram o ensino médio (20,5%) e os que ocupavam a posição de filhos no domicílio (24,3%). Tal quadro não apresenta diferenciações regionais relevantes.

No Estado de São Paulo, mais de 40% dos ocupados são assalariados em empresas do setor privado e possuem carteira de trabalho assinada. Em termos regionais, é menor a participação relativa desse segmento na RA de Registro (25,8%).

Gráfico 14

Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Em relação aos benefícios proporcionados pelas empresas, observa-se que, entre os assalariados, a maioria dos trabalhadores recebe auxílio-alimentação (61,6%) e transporte (54,2%). Já o seguro de vida é proporcionado a uma parcela menor (19,2%). Em termos regionais, os indivíduos com menor acesso a tais benefícios eram os residentes na RA de Registro, onde apenas 32% tinham acesso a auxílio-alimentação, 14,1% a auxílio-transporte e 8,4% a seguro de vida proporcionados pelas empresas.

Cerca de 20% dos ocupados declararam ter realizado algum tipo de curso de qualificação ou capacitação profissional e, desses, 53% financiaram-no com seus próprios recursos. Em termos regionais, observa-se que nas RAs de São José dos Campos e de Sorocaba a participação em cursos foi mais elevada, respectivamente 25,0% e 21,6% do total de ocupados. Destaque-se que, nessas regiões, os cursos gratuitos foram maioria. Entre as regiões metropolitanas, a de São Paulo teve a maior incidência de ocupados que buscaram aprimorar sua qualificação profissional (21,4%), em sua maioria com recursos próprios.

Entre os desempregados, a proporção que realizou algum tipo de curso foi semelhante (18%) à dos ocupados. No entanto, a parcela que pagou pelo curso foi muito superior (65%). Entre as regiões metropolitanas, a da Baixada Santista apresenta o maior percentual de desempregados com cursos (21,4%) e, nas demais regiões, destaca-se mais uma vez a de São José dos Campos, onde 31,4% participaram de algum tipo de curso.

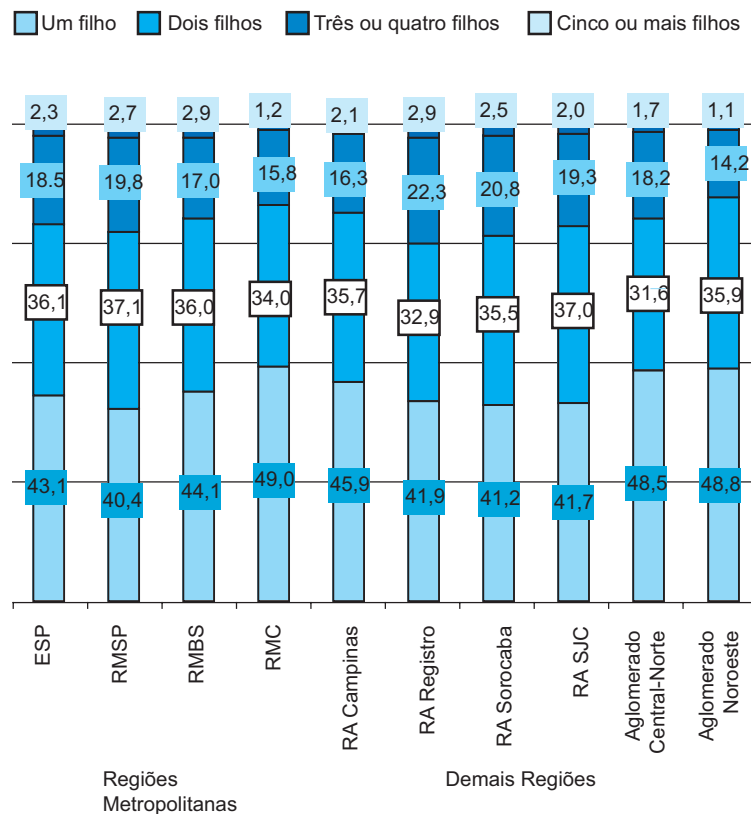
Características das famílias

O tamanho médio das famílias registrado pela PCV (3,2 pessoas) não apresenta grandes variações entre as diferentes regiões do Estado. Famílias com seis ou mais pessoas representam menos de 7% do total. Ao se considerarem as famílias com filhos, observa-se que a média é de 1,9 filho por família. Aquelas com apenas um filho correspondem a mais de 40% das famílias

em todas as regiões paulistas e aproximam-se de 50% na RM de Campinas e nos Aglomerados Central-Norte e Noroeste (Gráfico 15).

Gráfico 15

Distribuição das famílias com filhos residentes no domicílio, segundo número de filhos
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

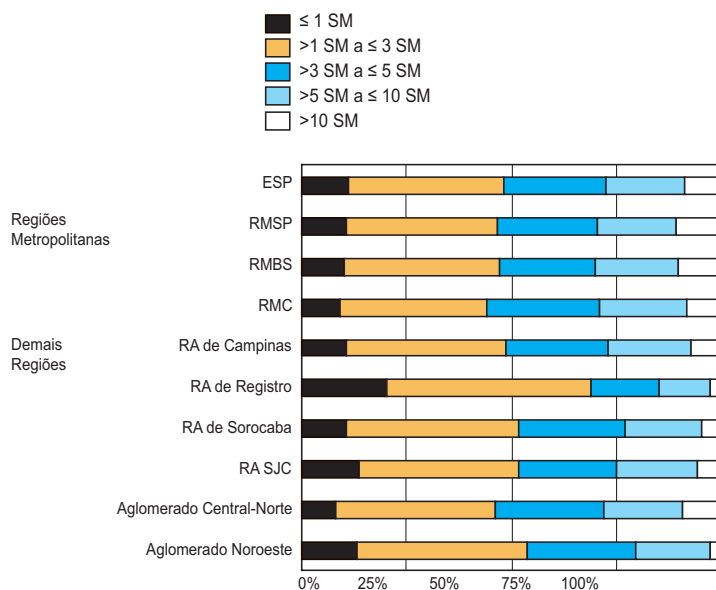
No Estado de São Paulo, a PCV mostrou que 71,4% dos responsáveis pelo domicílio são do sexo masculino. Essa proporção é um pouco menor nas regiões metropolitanas de São Paulo (69,9%) e da Baixada Santista (68,8%).

Renda das famílias

Para 48% das famílias residentes no Estado de São Paulo, a renda mensal total não ultrapassava 3 salários-mínimos e a proporção daquelas com rendimentos superiores a 5 salários-mínimos era de aproximadamente 30%. Tal situação se reproduz nas três regiões metropolitanas analisadas. No entanto, nas demais regiões paulistas observam-se algumas diferenças. Na RA de Registro, por exemplo, é maior a presença de famílias nas faixas inferiores de renda (68% tinham renda menor que 3 salários-mínimos). No Aglomerado Central-Norte ocorre o contrário – menos de 50% das famílias dispunham de renda total inferior a 3 salários-mínimos e cerca de 30% recebiam mais de 5 salários-mínimos.

Gráfico 16

Distribuição das famílias, segundo classes de renda mensal familiar total
Estado de São Paulo
2006

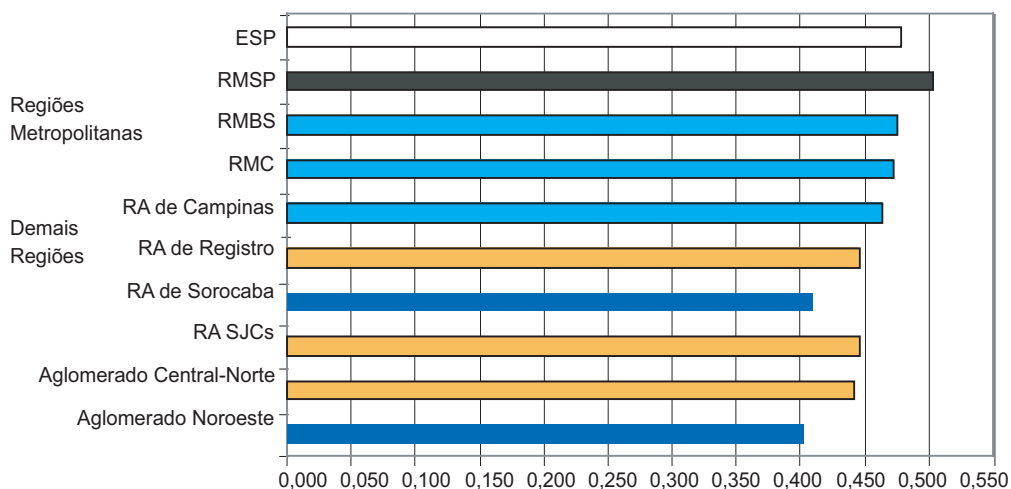


Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Em termos de graus de desigualdade na distribuição da renda familiar total, medidos pelo índice de Gini, a PCV revelou que é nas regiões metropolitanas – e ainda mais intensamente na de São Paulo – onde essa distribuição se mostra mais desigual. Em contraposição, a RA de Sorocaba e o Aglomerado Noroeste exibem os menores graus de desigualdade nessa distribuição (Gráfico 17).

Gráfico 17

Índice de Gini da renda mensal familiar total
Estado de São Paulo
2006



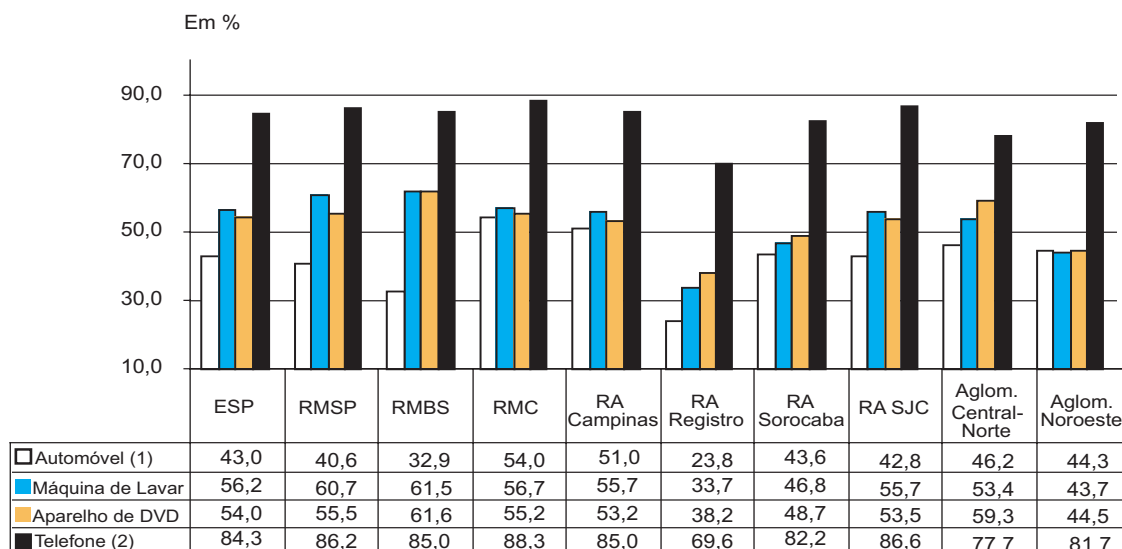
Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

■ Posse de bens e equipamentos

A PCV também verificou que a posse de bens, como máquina de lavar e DVD, antes de acesso restrito, difundiu-se e atingiu ampla parcela das famílias, indicando que mecanismos de crédito e a estabilização da moeda facilitaram sua aquisição (Gráfico 18).

Gráfico 18

Distribuição das famílias, segundo a posse de bens e equipamentos
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

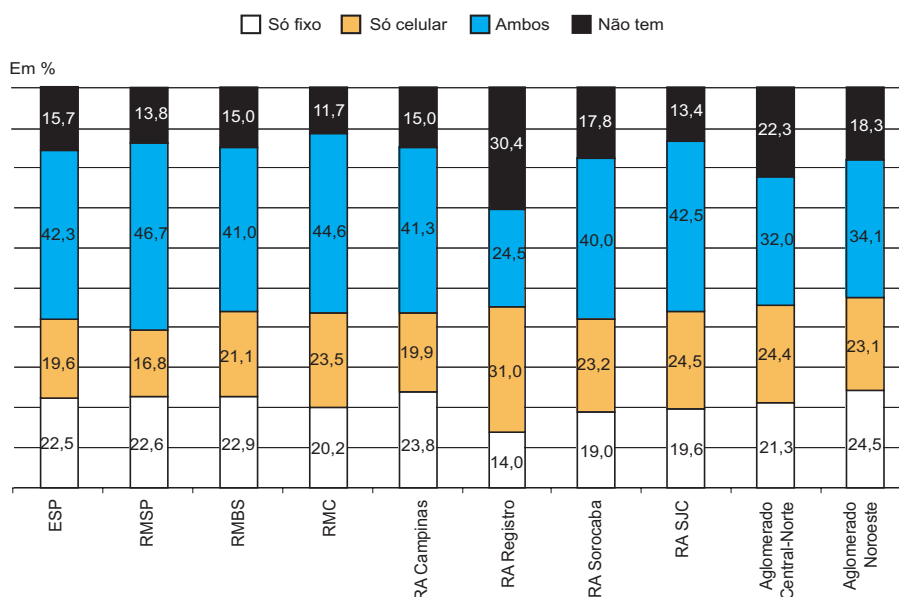
(1) Veículo automotivo de uso pessoal.

(2) Telefone fixo ou celular.

Mais de 84% das famílias paulistas possuem telefone. Nas regiões metropolitanas de São Paulo e da Baixada Santista, na RA de Campinas e no Aglomerado Noroeste, a presença de telefone fixo supera a do celular (Gráfico 19). Nas demais regiões, essa relação se inverte, com destaque para a RA de Registro, onde o acesso a esse meio de comunicação é mais restrito (30% das famílias não possuem telefone).

Gráfico 19

Distribuição das famílias, segundo a posse de telefone
Estado de São Paulo
2006



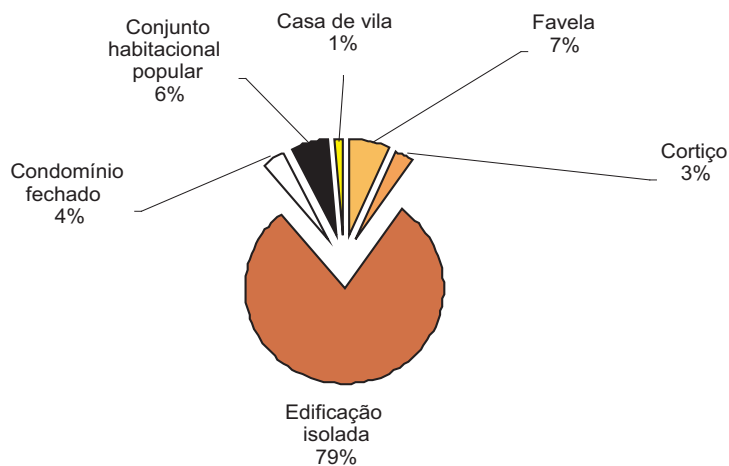
Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Condições habitacionais

Uma das possibilidades para caracterizar as condições de habitação que a PCV permite adotar é a forma da ocupação urbana. Sob esse enfoque, percebe-se que as edificações isoladas são a forma adotada por 80% das famílias para suas moradias, enquanto as favelas e conjuntos habitacionais populares abrigam, respectivamente 7% e 6% das famílias paulistas. Os condomínios fechados já constituem forma relevante de ocupação urbana com moradia, superando os cortiços e as casas de vila (Gráfico 20).

Gráfico 20

Distribuição das famílias, segundo forma de ocupação urbana
Estado de São Paulo
2006



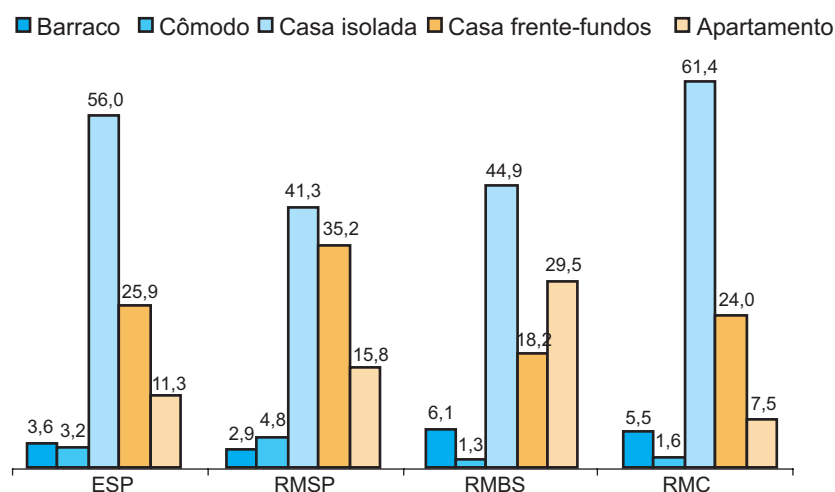
Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Ainda nessa perspectiva, as situações habitacionais mais críticas concentram-se nas RMs de São Paulo e da Baixada Santista, onde a proporção de famílias residentes em favelas é próxima a 11%. Na RM de Campinas esse percentual é relevante (6%), embora bem inferior ao registrado nas outras duas metrópoles. A RM de São Paulo diferencia-se também pela participação mais expressiva de famílias moradoras em cortiços (4,1%), situação bem menos freqüente nas outras regiões metropolitanas.

Nas demais regiões do Estado, a predominância de famílias em edificações isoladas é mais acentuada, variando entre 84,2%, no Aglomerado Central-Norte, e 91,5%, na Região Administrativa de Registro. Cabe destacar, ainda, a proporção de famílias residentes em conjuntos de habitação popular nos Aglomerados Central-Norte (10,2%) e Noroeste (9,9%) – as maiores do Estado.

Gráfico 21

Distribuição das famílias, segundo tipo de edificação da moradia
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Outra abordagem que a PCV permite adotar é a que considera o tipo de edificação. O Gráfico 21 mostra que as casas de alvenaria isoladas correspondem ao tipo de edificação residencial mais freqüente, abrigando 56% das famílias do Estado de São Paulo. Seguem-se, em importância, as casas frente-fundos (26%) e os apartamentos (11%). As situações mais críticas – barracos e casas de cômodos – abrigam, em conjunto, quase 7% das famílias residentes no Estado.

Nas Regiões Metropolitanas, a situação habitacional é bastante heterogênea sob essa perspectiva. Embora nas três metrópoles o tipo mais freqüente de edificação habitacional seja a casa isolada, na de Campinas, esse tipo abriga mais de 60% das famílias, enquanto nas outras duas não atinge 45%. Em contrapartida, a existência de casas frente-fundos é muito mais comum na RM de São Paulo (35%) do que na de Campinas (24%) e da Baixada Santista (18%). No caso dos apartamentos, é a RM da Baixada Santista que se destaca: quase 30% das famílias residem nesse tipo de edificação, enquanto nas RMs de São Paulo e de Campinas esse percentual corresponde a 15,8% e 7,5%, respectivamente.

A precariedade habitacional, ditada pela residência em barracos e cômodos, também diverge entre as regiões metropolitanas. Nas da Baixada Santista e de Campinas, as proporções

de famílias residentes em barracos superam as que moram em cômodos. Já na Região Metropolitana de São Paulo, 4,8% das famílias ocupam moradias do tipo cômodo e 2,9% residem em barracos. A reduzida presença de barracos nessa região (2,9%), ao lado do percentual elevado de favelas, sugere a prevalência de edificações de alvenaria em favelas, resultado de processo mais antigo de constituição desse tipo de assentamento. No entanto, se isso questiona a própria validade da visão tradicional das favelas, não exclui a condição precária da moradia dessas famílias.

Nas demais regiões paulistas, cerca de nove em cada dez famílias moram em casas de alvenaria, isoladas ou frente-fundos, com predominância das primeiras. Tal situação é menos freqüente no Aglomerado Noroeste, com 73,6% de famílias residindo em casa isolada e 14,7% em casa frente-fundos. Merecem menção também a Região Administrativa de Campinas e o Aglomerado Central-Norte, pela proporção relativamente mais elevada de famílias moradoras em barracos (respectivamente 5,2% e 5,6%).

Acesso a equipamentos e a redes de serviços públicos

A PCV também levantou informações sobre a disponibilidade de equipamentos urbanos no entorno das moradias. Os resultados mostram que a maioria das famílias residentes no Estado de São Paulo dispõe de tais equipamentos, como iluminação pública (95%) – o de maior cobertura –, pavimentação de ruas (89%) e existência de guias e sarjetas (88%) – os de menor cobertura.

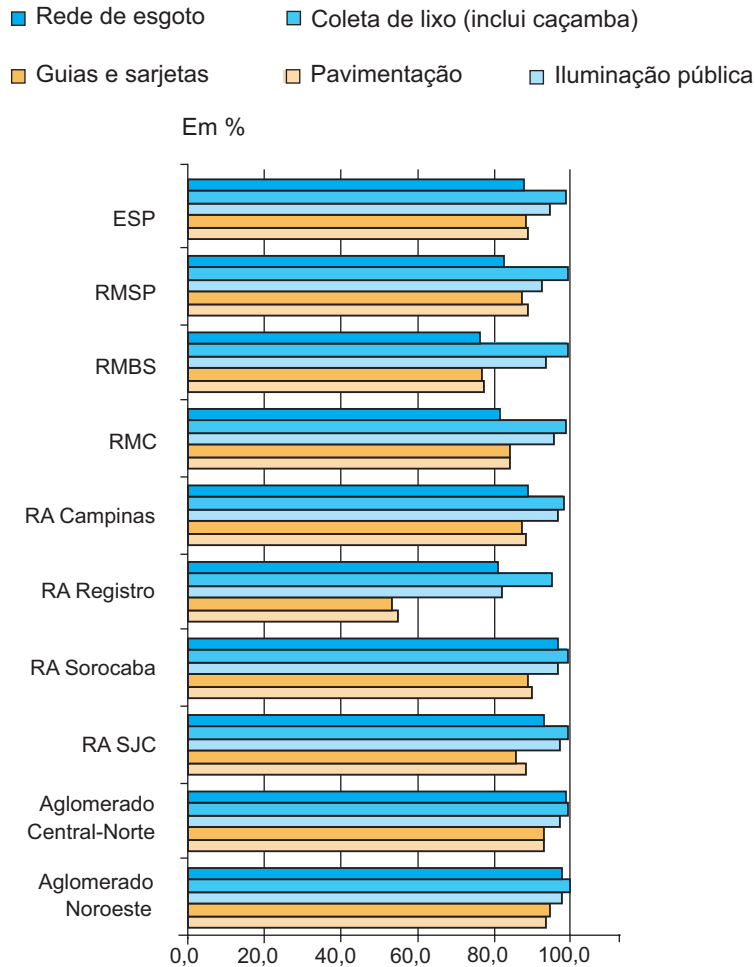
Entre as regiões metropolitanas, a da Baixada Santista exhibe menores proporções de famílias que dispõem de pavimentação e de guias e sarjetas no entorno de suas moradias (77,7% e 76,8%, respectivamente). Nas demais regiões, a RA de Registro apresenta situação bem desfavorável, pois apenas pouco mais da metade das famílias tem, no entorno de suas moradias, ruas pavimentadas e com guias e sarjetas e 82,4% dispõem dos serviços de iluminação pública. Em compensação, os Aglomerados Central-Norte e Noroeste caracterizam-se pelos mais amplos acessos a esses equipamentos, com destaque, neste último, para a ampla cobertura da iluminação pública, que atinge 98,0% das famílias ali residentes.

Quanto às redes de energia elétrica e de saneamento, a PCV revelou que, no Estado de São Paulo, sua cobertura é bastante elevada. No caso das redes de energia elétrica, água e coleta de lixo, o acesso é quase universal, enquanto a de esgotamento sanitário atinge 88,1% das famílias paulistas. Entre as regiões metropolitanas, a da Baixada Santista é a que apresenta menor cobertura da rede de esgoto (76,4%).

As famílias residentes nas demais regiões também dispõem de amplo acesso às redes públicas de água e energia elétrica. A coleta de lixo também tende à universalização, uma vez que na Região Administrativa de Registro, onde a cobertura é menor, o serviço atinge cerca de 95% das famílias ali residentes. Nessas regiões, a rede de esgotamento sanitário tem cobertura bem mais ampla do que nas áreas metropolitanas: varia entre 89,1%, na Região Administrativa de Campinas, a 99,1%, no Aglomerado Central-Norte. A exceção é a Região Administrativa de Registro, onde essa cobertura é pouco superior a 80%.

Gráfico 22

Distribuição das famílias, segundo existência de equipamentos urbanos no entorno da moradia e acesso a rede de esgoto e coleta de lixo
Estado de São Paulo
2006

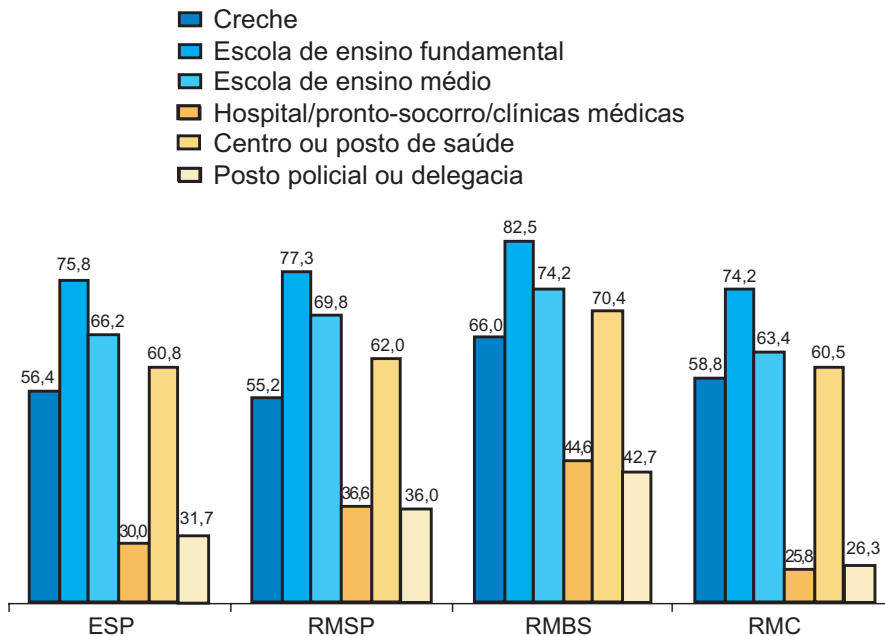


Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

A PCV 2006 também investigou a existência de equipamentos nas proximidades da moradia, desde aqueles com finalidades educacionais, de saúde, segurança pública, e socioculturais até os de comércio e serviços, como agências bancárias, supermercados e outras atividades. No Estado de São Paulo, a maioria das famílias declarou dispor de escolas próximas ao local de residência, tanto de ensino fundamental (75,8%) como de ensino médio (66,2%) e, em menor proporção, de creches (56,4%). Quanto a centro ou posto de saúde, 60,8% das famílias paulistas declararam usufruir desse serviço no entorno da moradia. Já para os equipamentos de saúde mais especializados (hospital, pronto-socorro ou clínica médica), como era de se esperar, a proporção foi bem mais reduzida (30,0%). Em relação a posto policial ou delegacia, 31,7% das famílias declararam sua presença nas proximidades da moradia.

Gráfico 23

Proporção de famílias, segundo existência de equipamentos sociais nas proximidades da moradia
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Na RM da Baixada Santista, a proporção de famílias com moradias próximas a equipamentos sociais ou de outros serviços é mais elevada do que nas demais regiões metropolitanas. No caso de Campinas, tais proporções são menores, sobretudo no que se refere a estabelecimento de ensino médio (63,4%), hospital, pronto-socorro ou clínica médica (25,8%) e posto ou delegacia de polícia (26,3%).

Nas demais regiões, de modo geral, a presença de equipamentos sociais é menor em relação às áreas metropolitanas. Quanto aos equipamentos educacionais, salientam-se os percentuais inferiores de creches e escolas de ensino médio nas regiões administrativas de Registro e de São José dos Campos, assim como de equipamentos de saúde. Quanto aos equipamentos de segurança pública, as melhores situações concentram-se nas RAs de Sorocaba e no Aglomerado Noroeste, com valores semelhantes à média estadual.

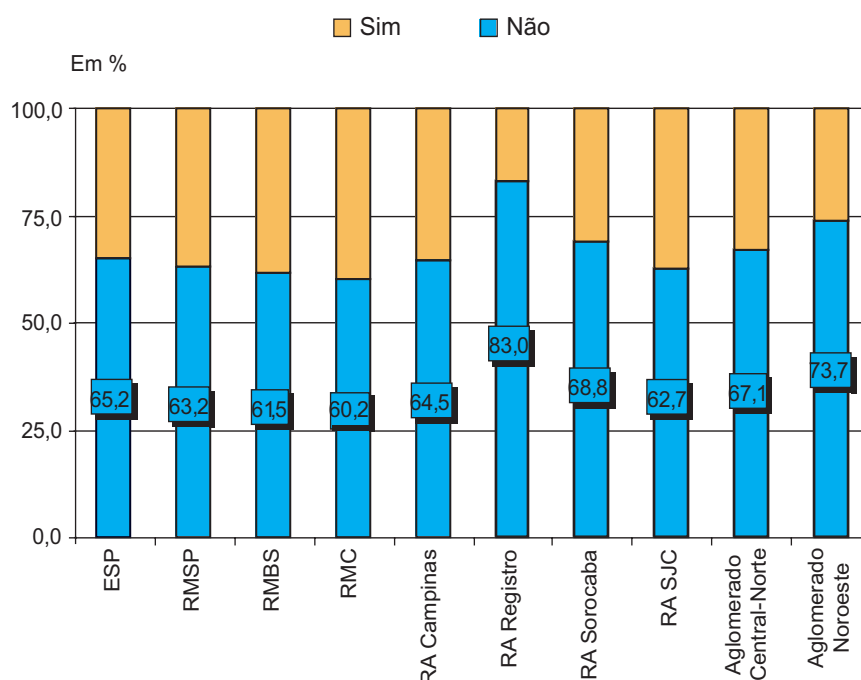
Acesso e utilização dos serviços de saúde

A posse de planos ou convênios privados é uma das formas de distinguir a parcela da população dependente exclusivamente dos serviços públicos de saúde da que dispõe de outras opções de acesso a tais serviços. No Estado de São Paulo, em 2006, 34,8% de seus residentes possuíam plano de saúde médico ou odontológico. Não foram registradas diferenças representativas nessa taxa de cobertura entre as regiões metropolitanas. Nas demais áreas investigadas pela PCV, apenas na RA de Registro (17,0%) e no Aglomerado Noroeste (26,3%) sua cobertura

era inferior a 30%. Assim, de modo geral, pode-se afirmar que cerca de 2/3 da população paulista – com as diferenças regionais apontadas – depende exclusivamente do SUS para dispor de serviços de saúde.

Gráfico 24

Distribuição dos indivíduos, segundo condição de posse de plano de saúde (1)
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.
(1) inclui plano médico e odontológico.

Entre os indivíduos que possuem tais planos, a maioria teve acesso a eles por meio da empresa empregadora (53,6%), embora seja também expressiva a parcela dos que os contrataram diretamente (46,0%). As regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas apresentam situações semelhantes, com patamares superiores de oferta de planos e convênios por empresas empregadoras (56,7% e 58,5%, respectivamente). Já na da Baixada Santista prevalecem os planos particulares (56,9%), como esperado reflexo da concentração de idosos e aposentados na região. Nas demais áreas investigadas, nota-se que apenas na RA de Registro preponderam os planos particulares (67,4%), o que pode ser um indicador de oferta mais restrita de postos de trabalho associados a benefícios indiretos. Em contraste, as RAs de Sorocaba e São José dos Campos são aquelas com maiores percentuais de planos de saúde oferecidos por empresas (60,8% e 60,6%, respectivamente).

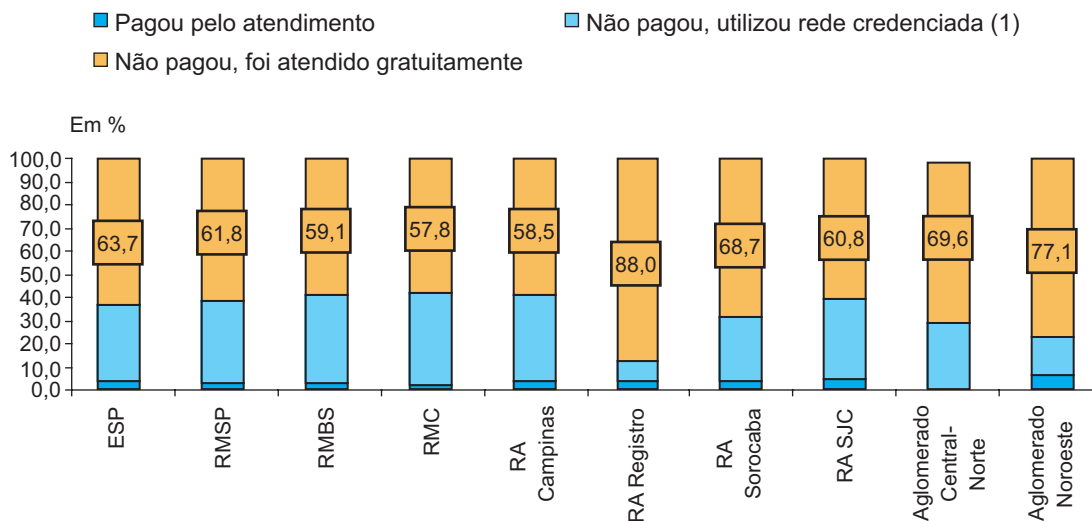
Outra forma de mensurar a extensão da população dependente do SUS que a PCV oferece é por meio da situação de pagamento pelo atendimento de saúde pela população que o procurou nos trinta dias que antecederam a pesquisa (exceto consultórios e clínicas dentárias).

Observe-se, de início, que quase 36% da população paulista procurou por atendimento no período de referência, o que dá uma dimensão do volume da demanda mensal por serviços de saúde. Em termos regionais, esse percentual foi sempre superior a 30%, Chegando a 33,8% na RM da Baixada Santista, 36,9% na de Campinas e 38,3% na de São Paulo, o maior valor do Estado. Nas demais áreas investigadas, a maior demanda foi registrada na RA de São José dos Campos (37,0%) e, a menor, no Aglomerado Central-Norte (30,0%).

Entre os indivíduos que procuraram atendimento, apenas 3,2% pagaram diretamente por ele, 33,1% utilizaram rede credenciada por convênio ou plano de saúde e a maior parcela (63,7%) foi atendida gratuitamente por meio do Sistema Único de Saúde – SUS. A rede pública foi utilizada de maneira ainda mais expressiva no interior do Estado, onde se destacam as RAs de Registro (88,0%) e os aglomerados Noroeste (77,1%) e Central-Norte (69,6%). Note-se que no Aglomerado Noroeste registrou-se também o maior percentual de pagamento direto pelos serviços de saúde (5,9%).

Gráfico 25

Distribuição dos indivíduos com procura por atendimento de saúde, segundo situação de pagamento pelo atendimento
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.
(1) Rede credenciada pelo convênio ou plano de saúde.

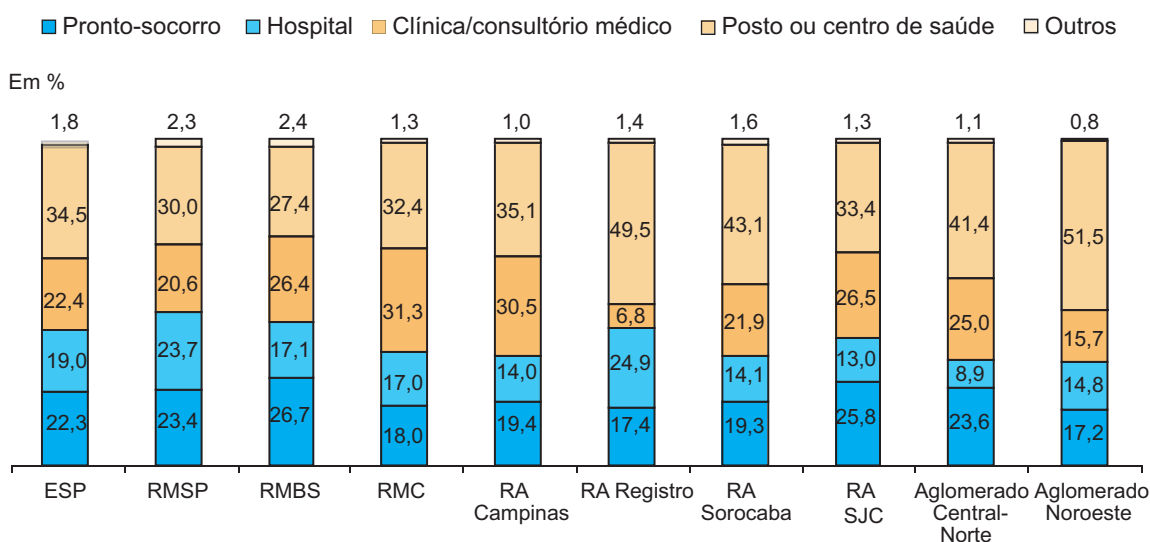
A PCV também identificou os tipos de equipamentos de saúde procurados. O mais frequentemente utilizado foi o posto ou centro de saúde (34,5%), estabelecimento predominantemente público, onde se realizam atendimentos previamente agendados e campanhas de vacinação, entre outros. Seguiram-se a esses as clínicas ou consultórios médicos (22,4%), cuja clientela é composta, majoritariamente, por quem paga pelo atendimento ou possui plano de saúde, e os prontos-socorros (22,3%), voltados ao atendimento de urgência e emergência. Os hospitais, que na organização do sistema de saúde são planejados para oferecer atendimento secundário

e terciário, de média e alta complexidades, foram procurados por quase um quinto dos demandantes de serviços de saúde (19,0%).

Sob a ótica regional, percebem-se algumas particularidades, associadas às possibilidades de acesso e à heterogeneidade da rede de serviços. Ilustram essas particularidades o elevado patamar de procura por clínicas e consultórios médicos na RM de Campinas (31,3%), e a expressiva procura por postos ou centros de saúde na RA de Registro (49,5%) e no Aglomerado Noroeste (51,5%).

Gráfico 26

Distribuição dos indivíduos com procura por atendimento de saúde, segundo tipo de estabelecimento de saúde procurado
Estado de São Paulo
2006



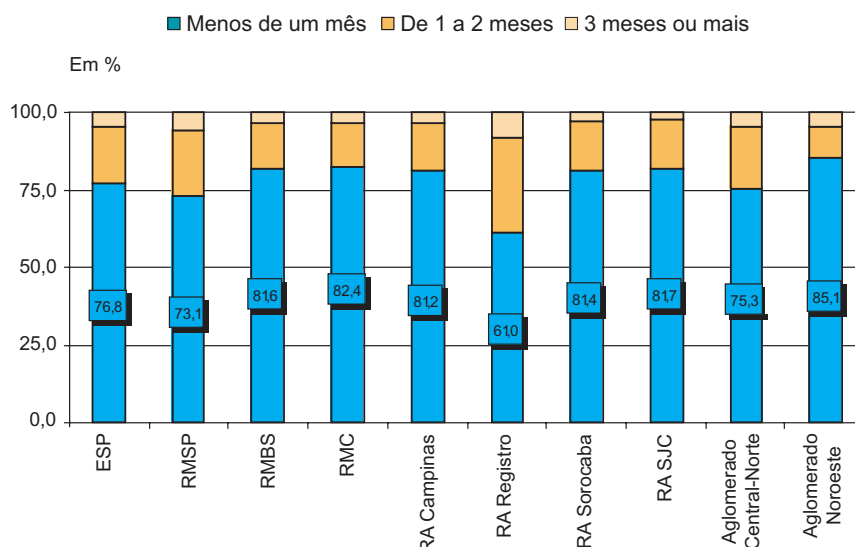
Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

(¹) Laboratório ou Centro de Diagnósticos, além de outros tipos de estabelecimentos

Outra informação que a PCV oferece refere-se ao tempo despendido entre o agendamento do atendimento e o efetivo acesso – importante marcador da eficiência dos serviços de saúde. No Estado de São Paulo, mais de três quartos (76,8%) das demandas por serviços de saúde foram atendidas em menos de um mês após sua procura. As demandas restantes foram atendidas entre um e dois meses (18,4%), entre três e cinco meses (3,7%) e em seis meses ou mais (1,1%). A Região Administrativa de Registro apresentou a menor concentração de atendimentos em prazo inferior a um mês (61,0%), enquanto o Aglomerado Noroeste concentrou a maior parcela de atendimentos neste prazo (85,1%).

Gráfico 27

Distribuição dos indivíduos com procura por atendimento de saúde, segundo tempo de marcação de consulta
Estado de São Paulo
2006

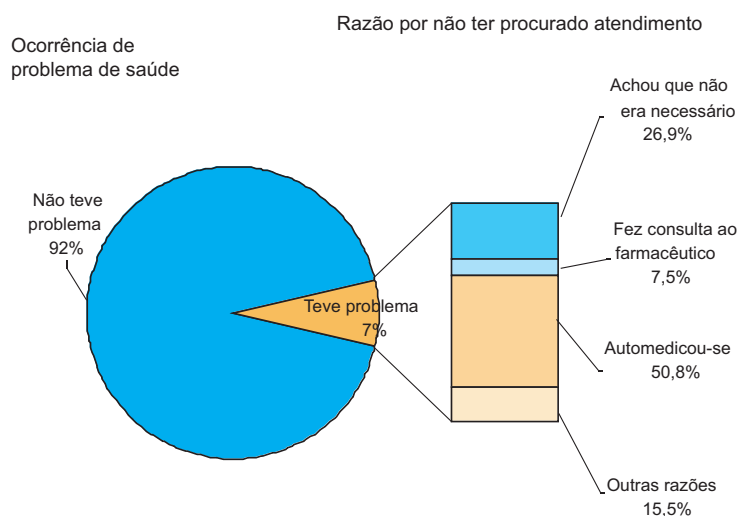


Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

A PCV dimensionou, ainda, a proporção de indivíduos que, apesar de registrarem ocorrência de problema de saúde, não procuraram atendimento. Entre a população que mencionou ocorrência de problemas de saúde nos 30 dias que antecederam a pesquisa, 7,3% não procuraram atendimento. Os percentuais mais expressivos foram verificados na Região Metropolitana de São Paulo (9,9%) e na Região Administrativa de São José dos Campos (7,0%).

Gráfico 28

Distribuição dos indivíduos sem procura por atendimento de saúde, segundo situação de ocorrência de problema de saúde e razão por não o ter procurado
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

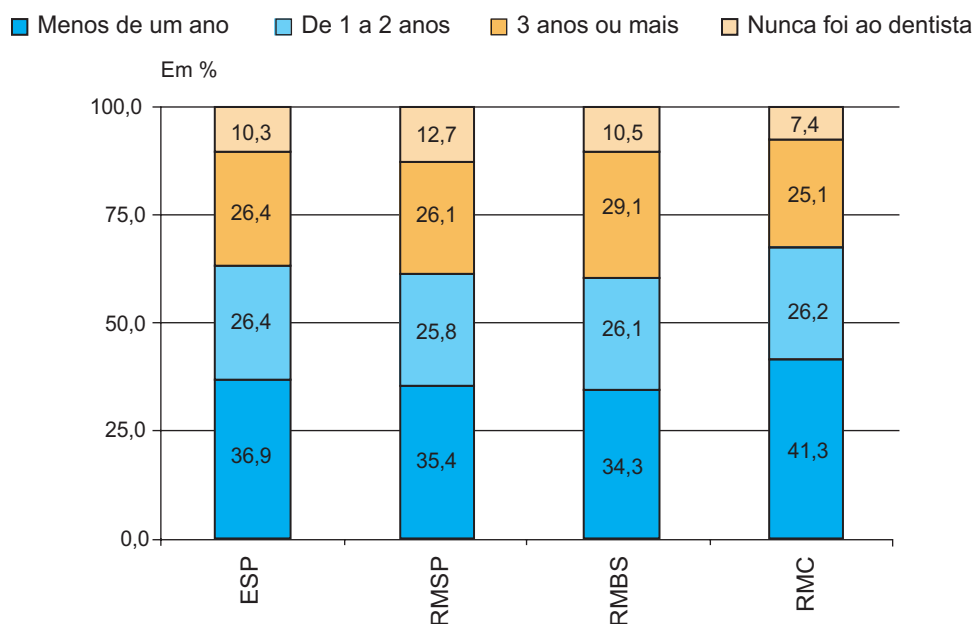
Esta não-procura poderia significar um fator de restrição no acesso a serviços, mas a pesquisa revelou que a maior parcela desses casos foi motivada pelo fato de o indivíduo automedicar-se (50,8%) ou avaliar que não era necessário procurar um equipamento de saúde (26,2%).

Em contraste com a procura de serviços de saúde, aquela dirigida a consultórios e clínicas dentárias foi muito baixa: apenas 3,7% da população paulista procurou esses serviços nos 30 dias que antecederam a pesquisa. A RM de São Paulo e a RA de São José dos Campos foram as que apresentaram maior procura (superiores a 4%) e a RA de Registro, a menor (1,3%).

Não obstante as ações para ampliar os serviços de atenção à saúde bucal no Sistema Único de Saúde – SUS, ainda é pequena a parcela da população paulista que realiza ao menos uma visita anual ao dentista: 36,9%. A pesquisa registrou também a procura nos períodos entre um e dois anos (26,4%); três anos ou mais (26,4%) e dimensionou a parcela da população que nunca foi ao dentista (10,3%).

Gráfico 29

Distribuição dos indivíduos, segundo tempo decorrido da última consulta ao dentista
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

Os registros mais freqüentes de consulta ao dentista no último ano – período mais próximo do ideal – foram verificados na RA de São José dos Campos (43,4%), no Aglomerado Central-Norte (42,7%) e na RA de Campinas (41,7%). Situação oposta – indivíduos que jamais foram ao dentista – foi assinalada de forma mais expressiva na Região Administrativa de Registro (14,2%) e nas RMs de São Paulo (12,7%) e da Baixada Santista (10,5%).

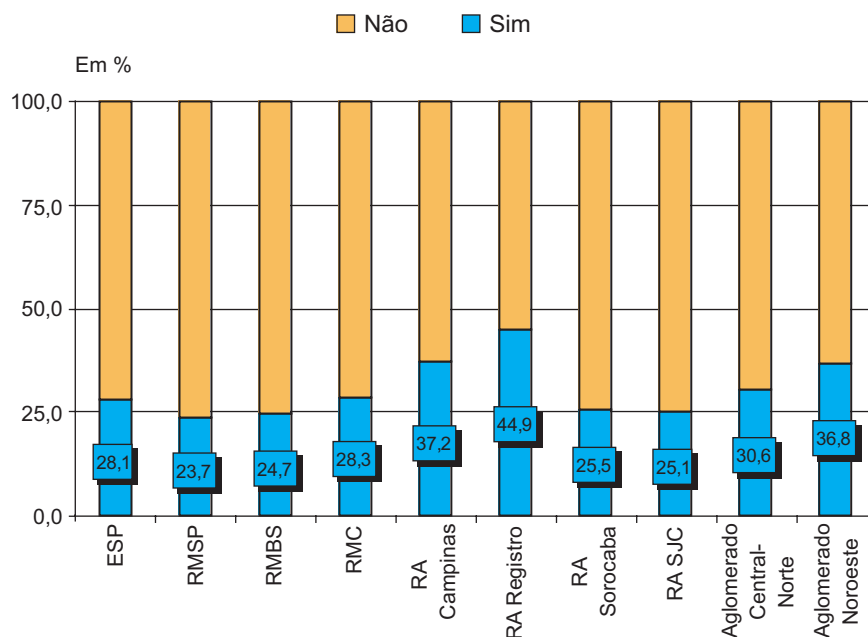
Programa Saúde da Família

A PCV registrou, ainda, a situação dos domicílios quanto à visita, ou não, de profissionais do Programa de Saúde da Família – PSF, nos 12 meses anteriores à pesquisa, além do número de visitas realizadas no período.

Verificou-se que 28,1% dos domicílios do Estado de São Paulo receberam ao menos uma visita de agente comunitário de saúde, médico ou outro profissional do programa, em 2006.

Gráfico 30

Distribuição dos domicílios, segundo situação de visita por profissional do Programa Saúde da Família – PSF
Estado de São Paulo
2006



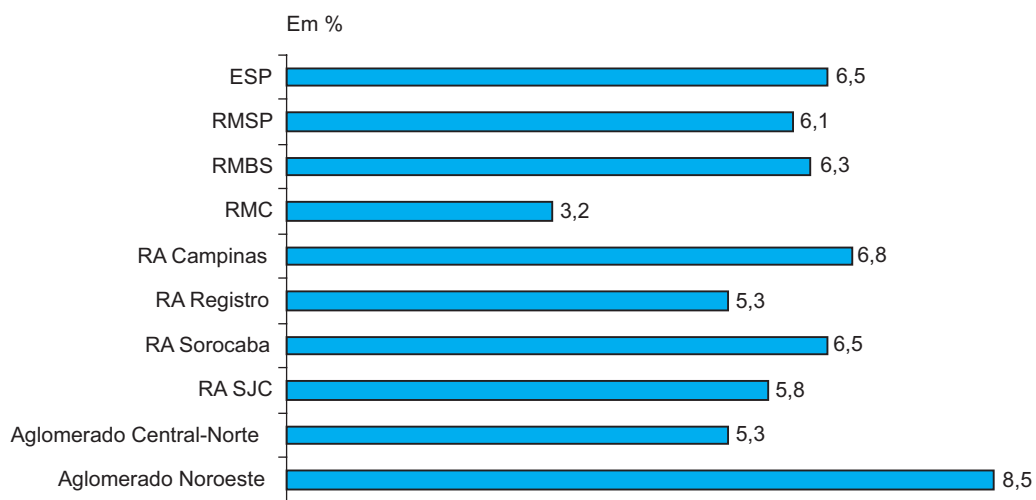
Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.

As RMs de São Paulo (23,7%) e da Baixada Santista (24,7%) apresentaram os menores percentuais de domicílios visitados, enquanto a RA de Registro teve a maior proporção (44,9%), seguida pela RA de Campinas (37,2%) e o Aglomerado Noroeste (36,8%).

Com relação ao número médio de visitas anuais, a RM de Campinas registrou o menor valor (3,2), patamar reduzido se comparado com as demais regiões metropolitanas do Estado, onde essa frequência superou seis visitas domiciliares/ano. A RA de Registro, apesar de ser onde se identificou o maior percentual de domicílios cobertos pelo programa, apresentou número de visitas anuais (5,3) inferior à média do Estado (6,5). Destacaram-se positivamente o Aglomerado Noroeste, com o maior número de visitas/ano (8,5) e as RAs de Campinas (6,8) e de Sorocaba (6,5).

Gráfico 31

Número médio de visitas anuais nos domicílios atendidos pelo Programa Saúde da Família – PSF
Estado de São Paulo
2006



Fonte: Casa Civil; Fundação Seade. Pesquisa de Condições de Vida – PCV.